


	<h1>A ATUAÇÃO DA AP EM VOLTA REDONDA: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA (1966 a 1969)</h1> <h2>AP'S PERFORMANCE IN VOLTA REDONDA: REPRESSION AND RESISTANCE (1966 to 1969)</h2>	
Paulo Célio Soares	Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil. e-mail: paulocelio@ugb.edu.br	
Kelly Vasconcelos Maia	Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil. e-mail: 2019101368@academicougb.com.br	
Ana Livia Silva Garcia	Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil. e-mail: 2019101251@academicougb.com.br	
Resumo	<p>O presente trabalho analisa a organização e a atuação da AP- Ação Popular-, na cidade de Volta Redonda, durante a década de 1960. Esse grupo organizou algumas células que atuaram clandestinamente nessa cidade no período recortado por essa pesquisa, entre os anos de 1966 a 1969, desenvolvendo ações de oposição a ditadura militar. A existência desse grupo na cidade, até então desconhecida, veio à tona graças as pesquisas desenvolvidas pela CMN-VR, Comissão Municipal da Verdade. Ele era formado principalmente por operários da CSN e militantes da AP da cidade do Rio de Janeiro, que organizaram as células locais. Por ousar desafiar a ditadura, essa organização foi fortemente reprimida, com a prisão da maioria dos seus membros. Pretendemos com essa pesquisa, resgatar a trajetória política desse grupo e sua importância nas lutas de resistência contra a ditadura militar e o autoritarismo em nossa cidade.</p>	
Palavras-chave	Ação Popular; Ditadura Militar. Repressão Política. Volta Redonda.	
Abstract	<p>The present work analyzes the organization and performance of AP-Ação Popular-, in the city of Volta Redonda, during the 1960s. This group organized some cells that operated clandestinely in that city in the period covered by this research, between 1966 to 1969, developing actions in opposition to the military dictatorship. The existence of this group in the city, hitherto unknown, came to light thanks to research carried out by CMN-VR, the Municipal Truth Commission. It was made up mainly of CSN workers and AP militants from the city of Rio de Janeiro, who organized the local cells. For daring to challenge the dictatorship, this organization was heavily repressed, with the imprisonment of most of its members. With this research, we intend to rescue the political trajectory of this group and its importance in the resistance struggles against the military dictatorship and authoritarianism in our city.</p>	
Keywords	Popular Action. Military dictatorship. Political Repression. Round Round.	
	 <p>Licença de Atribuição BY do Creative Commons https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/</p>	<p>Aprovado em 28/11/2023 Publicado em 31/12/2023</p>

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo analisa a trajetória da AP-Ação Popular, em Volta Redonda no período compreendido entre 1966 a 1969, discutindo sua atuação como grupo de oposição à Ditadura Militar, sua importância política, bem como a repressão política sofrida por essa organização. Inicialmente discutimos como ocorreu o golpe civil-militar articulado pelas forças armadas em 31 de março de 1964, destacando seus antecedentes e principais acontecimentos, sobretudo em Volta Redonda, que foi particularmente impactada por ele.

Essa cidade foi palco de intensa repressão política contra sindicatos, grupos eclesiais e sociais de oposição ao governo militar. Muitos militantes desses grupos foram perseguidos, silenciados, presos e torturados. Analisaremos sobretudo a atuação da AP -Ação Popular, nessa cidade. Destacamos que existem muitas pesquisas acadêmicas sobre esse grupo, mas poucos trabalhos abordam articulação da célula dessa organização, que atuou em Volta Redonda no período recortado nesse artigo. Para discutir essa questão utilizaremos inicialmente as pesquisas realizadas pela Comissão da Municipal da Verdade (CMV), incluindo a documentação pesquisada disponível nos arquivos do CEMESF, Centro de Memória do Sul Fluminense, além de fontes bibliográficas, como a tese de Soares (2019), o Relatório da CMV (2014), além de bibliografias que discutem a trajetória da AP.

Buscamos dessa forma analisar a organização desse grupo na cidade de Volta Redonda e sua atuação política nas lutas contra ditadura militar, além de sua relação com a Igreja Católica, entidade que contribuiu para fortalecer a organização desse grupo e suas células existentes na região.

2. A Ditadura Militar no Brasil

No governo João Goulart (1961-1964), o Brasil viveu uma grave crise política e econômica, permeada por conflitos de interesses entre setores da elite, militares e movimentos sociais. Em 1964 essa tensão se tornou mais evidente com a crescente insatisfação dos grupos opositores ao governo Jango. A sombra de um golpe se tornou cada vez mais visível e a sustentação política do Presidente, cada vez mais frágil (Gomes, 2014), ruiu como consequência dessas tensões, com a consumação de um golpe civil-militar, com apoio dos Estados Unidos, em 31 de março de 1964.

Instalados no poder, os militares implantaram uma ditadura que se prolongou por 21 anos, caracterizada pelo controle das liberdades políticas e intensa repressão política, inaugurada nos primeiros dias do novo regime com a edição do Ato Institucional (AI-1), que perseguiu opositores e tornou indireta a eleição para Presidente da República, referendando um autoritarismo que se faria presente nos anos posteriores (Napolitano, 2014).

Para o filósofo Michel Foucault, “A história é o discurso do poder, o discurso das obrigações pelas quais o poder submete; é também o discurso do brilho pelo qual o poder fascina, aterroriza, imobiliza” (1999, p. 79), se encaixando perfeitamente no contexto vivido pelo Brasil durante esse período da Ditadura Militar, no qual a repressão e o autoritarismo foram os principais personagens, se fazendo necessário buscar pelos sujeitos ocultos, que passaram imperceptíveis e que são importantes para questionar a legitimidade dos vencedores

Diversos historiadores dividem o período da ditadura em três fases: a primeira, o c o r r i d a durante o governo de Humberto Castelo Branco, tem início em 1964, com o golpe civil-militar, se estendendo até 1968, com a edição do AI-5. A segunda fase se inicia em 1968, e se prolonga até 1974, quando se inicia a Abertura Política. Nesse segundo período, os militares da chamada “linha dura”, sob os governos de Costa e Silva e Médici, intensificaram a repressão política, controlando a sociedade em todos os âmbitos. A última fase, da Abertura Política, “lenta, gradual e segura”, se inicia no governo Geisel, em 1974, e vai até o fim da ditadura, com Figueiredo, em 1985.

3. A luta de guerrilhas no Brasil

Existe um conflito de memórias e versões quando se discute a luta armada no período da Ditadura Militar. Na maioria das vezes, o que vemos é a "história dos vencedores", apagando a versão dos grupos opositores, notadamente grupos ligados às esquerdas e aos movimentos que optaram pela luta armada, vistos como "terroristas", ao passo que os militares e as forças armadas eram vistas como heróis, os "salvadores da pátria", que nessa lógica, eram os defensores da "história oficial", lutando contra as forças "subversivas" e a "ameaça comunista" que aterrorizavam o país.

Neste cenário de intensa repressão política, as forças de oposição à ditadura se organizavam sob várias matrizes. O PCB, partido hegemônico no campo das esquerdas, defendia uma revolução democrático-burguesa, etapista, baseando-se em uma aliança com a burguesia nacional para a construção do socialismo no país, passando longe da luta armada e dos grupos que defendiam essa estratégia.

No entanto, outros grupos tinham estratégias diferentes das defendidas pelo PCB. Mesmo antes do golpe de 1964, muitos outros grupos de oposição e de esquerda, já tinham uma opção pela luta armada, como as Ligas Camponesas, a Polop (Política Operária), o PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), além do PCdoB, fruto de uma cisão do PCB, com linhagem stalinista.

Segundo Portela (1980), discordando da orientação democrático-burguesa defendida pelo PCB, esses grupos organizaram a chamada guerrilha urbana e aderiram a luta armada como forma de resistência, principalmente após o Ato Institucional nº5 (AI-5), que fortaleceu o regime autoritário. A exceção ficou por conta do PC do B, que seguindo a linha maoísta¹, adotou a estratégia da guerrilha rural.

Militantes do movimento estudantil foram os que mais se mobilizaram e optaram pela luta armada, sob influência dos acontecimentos de maio de 1968 na França, da Primavera de Praga, da luta de Che na Bolívia e da Guerra do Vietnã. Inicialmente grupos como a AP- Ação Popular, que implantou uma célula em Volta Redonda, e a POLOP (Organização Revolucionária Marxista ou Política Operária) começaram a aparecer com mais força no cenário do começo da década, ambas justificando que somente a luta armada poderia se opor eficazmente contra as forças de direita. Esses grupos atuavam principalmente entre jovens de classe média, militantes dos movimentos estudantis e universitários.

Dentre esses vários grupos que fizeram a opção pela luta armada, destaca-se a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Comando de Libertação Nacional (COLINA), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Comunista do Brasil (PCdo B), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR- Palmares).

Havia muitas divergências entre esses grupos, Ridenti (2010), destaca essas principais discordâncias, incluindo o caráter da revolução, as formas de luta e qual seria a forma de organização necessária para alcançar o poder.

Alguns grupos políticos defendiam uma revolução socialista de imediato, outros defendiam o contrário, buscando uma revolução democrática burguesa, com caráter nacionalista. Ambas as possibilidades enfatizavam o fator “imperialismo” e o “latifúndio” como responsáveis pela estagnação da economia e entraves ao desenvolvimento do país. Dentre os defensores do partido de vanguarda na condução da guerrilha estavam o PCBR, o PRT e o POC. Na perspectiva desses grupos, com diferentes nuances, caberia ao Partido coordenar a guerrilha rural como luta armada urbana e também com as ações das massas nas cidades e no campo, dirigindo o conjunto do processo revolucionário. (Ridenti, 2010, p. 46).

Segundo Jamil Rodrigues, professor universitário, economista e membro da VPR, organização que a ex-presidente Dilma Rousseff fez parte, nas mentes desses militantes estava o desejo de mudar o país, e isso só seria possível pela força das armas. No entanto, muitos guerrilheiros carregavam armas, mas raramente as usavam, devido a intensa repressão política. (Hur, 2013)

¹ Doutrina comunista baseada no pensamento de Mao Tse Tung, líder da Revolução Chinesa. O maoísmo utilizou a tática de partir do campo em direção às cidades utilizando a luta armada, através de métodos militares e de guerrilha.

Esses grupos foram totalmente desarticulados pela Ditadura. Na visão de Sales (2015), além da intensa repressão, a distância que se tinha entre os grupos e entre quem eles queriam representar, foram fatores importantes para a fragmentação e posterior derrota. O pouco apoio popular e as divisões internas também contribuíram para essa derrota. Dessa forma, com o aumento da repressão, intensificada pelo AI-5, muitos grupos foram totalmente desmantelados, e logo se dissolveram ou passaram pela chamada "crise de identidade", autocrítica sobre opção armada.

4. A organização da Ação Popular

A AP (Ação Popular) surgiu a partir da junção de diversos movimentos católicos que atuavam entre os jovens, com destaque para a JUC (Juventude Universitária Católica), organização ligada a igreja, muito atuante nos anos de 1950 e 1960.

A JUC, desde sua fundação, estava emersa no ideal do "romantismo revolucionário", com críticas à modernidade, e valorizando os ideais pré-capitalistas do passado, para desta forma construir um futuro mais justo.

Vale destacar que a JUC se inseria no arco da Ação Católica, criada em 1935 no Rio de Janeiro pelo arcebispo D. Sebastião Leme, tendo como referência um forte nacionalismo de direita. Somente mais tarde, na década de 1950, é que os jovens da JUC começam a questionar essas ideias, sobretudo pela influência da Revolução Cubana em 1959.

A JUC se inseria no rol das Juventudes Católicas, braço da Ação Católica voltado para a juventude, que incluía a JA (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica), movimentos com considerável inserção entre os jovens católicos, desenvolvendo significativas ações políticas e sociais.

A AP surgiu com base em um crescente processo de politização da JUC, quando principalmente, a partir do ano de 1959, ela dedicou uma maior atenção aos problemas sociais e políticos, que antes eram tratados em segundo plano, pois a prioridade era o aspecto religioso da ação.

Essa mudança ficou clara a partir de 1960, quando seus militantes adotaram uma postura mais aberta à atuação política, deixando de comportar de forma passiva, e, sobretudo, buscando transformar a sociedade em nome da fé. A partir desse período, eles passaram a atuar também fora do ambiente universitário, abandonando o projeto de conversão cristã e de evangelizar as universidades.

Nesse período a JUC alterou seu referencial teórico, abandonando o modelo de referência cristã para um maior contato com correntes políticas como guevarismo, nas décadas de 1950 e 1960, para alcançar o maoísmo, a partir de 1968 até sua dissolução nos anos posteriores.

Um dos militantes e dirigentes da AP, Herbert José de Souza, conhecido como Betinho, esclarece o processo de crescente politização que ocorreu nas juventudes católicas nesse período: "... nós éramos resultantes de um processo com profundas raízes sociais encontradas no Brasil. E, no Brasil, até 64, uns 90% dos militantes políticos, ou eram católicos ou tinham pai e mãe católicos, tinham saído do cristianismo" (apud Ridenti, 1998: p.2).

Na década de 1960 a JUC ainda sob influências de pensadores católicos, como Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin, e de católicos de esquerda, como Lebreton, Jean-Ives Calvez e Leon Bloy, gradativamente se alinhou ao pensamento político de Che Guevara

A AP surgiu oficialmente em 1962, em um Congresso ocorrido em Belo Horizonte, com uma opção pela luta armada, alternativa que avaliava como a mais plausível para enfrentar a ditadura.

Esse movimento gerou represálias da hierarquia da Igreja, que quando percebeu que muitos militantes da JUC ocupavam cargos na UNE, atuando em parceria com o PCB (Partido Comunista Brasileiro), interferiu nessa organização com um discurso anticomunista. Em 1963, a condenação da Igreja foi mais explícita, com o lançamento de um documento afirmando que a Ação Popular não representava a JEC e a JUC.

Seguindo seu curso, a AP, formada a partir das bases da Igreja, teve grande influência na luta contra a ditadura. Seus militantes alcançaram projeção e ocuparam importantes cargos pós-ditadura, como no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), com destaque para José Serra, Paulo Paiva, Paulo Renato Souza, Sérgio Motta e Vilmar Faria. Apesar da intensa repressão, a organização continuou sua atuação até a década de 1980.

5. A Ditadura Militar em Volta Redonda

Durante o período da Ditadura Militar o município de Volta Redonda sofreu intensa repressão política. Isso porque a cidade era sede da CSN, uma das empresas estatais mais importantes do país. O Estado brasileiro interferia de forma bastante incisiva na vida social e política da cidade, movimentos sociais e sindicais

Mesmo com essa forte presença do Estado, segundo Bedê (2010), a resistência ao golpe na cidade foi uma das expressivas do Brasil. Os grupos políticos e sindicais locais

não deixaram de reivindicar seus direitos, promovendo inclusive uma greve na CSN, que culminou na intervenção dos militares, amparada na chamada "operação limpeza"². No primeiro dia do golpe, o Sindicato dos Metalúrgicos, o Sindicato dos Veículos Rodoviários de Barra Mansa, o Sindicato da Construção Civil de Barra Mansa-Volta Redonda e no Sindicato dos Bancários do Sul Fluminense, sofreram intervenção militar, e suas diretorias foram destituídas. Os

² A partir do AI-1, essa operação consistia em inquéritos policiais-militares, prisões, suspensões de direitos políticos e cassações de mandatos de vários cidadãos a fim de "livrar" o país da ameaça comunista.

militares chegaram a apreender documentos sindicais e usá-los contra os sindicalistas, instaurando IPMs na intenção de averiguar se nos sindicatos havia algum tipo de "subversão".

Na CSN a repressão também foi intensa, e 77 funcionários foram demitidos edespejados das casas em que moravam, então pertencentes a siderúrgica. Vários diretores da estatal, como Jesus Soares Pereira, diretor de vendas, Othon ReisFernandes, diretor social e Wandir de Carvalho, diretor secretário, tiveram seus direitos políticos cassados e foram presos.

Outro setor que sofreu forte repressão dos militares foi a Igreja Católica. O primeiro desses embates ocorreu em 1964, quando padre Bueno, da Igreja Santa Cecília, foi detido por ser contrário à prisão de um dos paroquianos, ligado ao Sindicato da Construção Civil. A Igreja não se posicionou claramente nesse episódio devido a posição conservadora do bispo Dom Altivo Pacheco, favorável ao regime. Ele apenas fez um pedido para que os militares soltassem o padre que fora preso.

Em contrapartida a posição de Dom Altivo, o bispo Waldyr Calheiros, que assumiu a diocese em 1966, posicionou-se totalmente contrário à ditadura. Em seu bispado (1966-2000), Dom Waldyr atuou em defesa dos direitos humanos e pela redemocratização do país. As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), organizadas por ele, foram fundamentais na organização dessa luta contra a Ditadura. Por conta dessa atuação o bispo acabou tornando-se alvo de críticas, denúncias e boicotes, sendo acusado em diversas ocasiões de ser "comunista" e "subversivo", respondendo inclusive a vários IPMs.

A diocese comandada por D. Waldyr foi uma das primeiras do país a ter um enfrentamento com os militares, atuando em defesa de presos e perseguidos políticos e apoiando grupos opositores ao governo, atuando enfaticamente contra a ditadura, denunciando os abusos dos militares, ganhando notoriedade na opinião pública nacional (Soares, 2019).

Nesse contexto de luta contra a ditadura, em Volta Redonda, organizaram-se células de movimentos opositores aos militares, como a Polop, PC do B e inclusive da AP. Os militares, no entanto, reprimiram esses grupos e em suas ações incluíam-se ataques na imprensa, indiciamentos, prisões, torturas, etc. Cenário que se repetia em todo o Brasil.

6. A organização da Ação Popular em Volta Redonda

Na cidade de Volta Redonda, de acordo com arquivos da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda (2015), a origem da célula da AP remonta ao ano de 1966. Um de seus articuladores foi o metalúrgico da CSN, Aldemy Gomes de Oliveira, codinome Carlos. Segundo depoimento de Benedito Matos da Costa, as primeiras reuniões dessa célula ocorreram no interior da CSN.

As pesquisas realizadas pela CMV-VR, nos revelaram que a AP se organizava em duas células que reuniam cerca de 13 membros, com destaque para o advogado Marcílio César Ramos Krieger, codinome Martim, e sua esposa Maria Helena Mena Barreto Krieger, codinome

Cristina, que vieram do Rio de Janeiro para iniciar essas células na cidade, realizando reuniões em seu apartamento, localizado na Avenida 7 de Setembro, no bairro Aterrado, local considerado o principal ponto de encontro do grupo.

O metalúrgico Aldemy tinha destacado papel pois promovia as principais articulações do grupo, que incluíam discussões políticas com operários no interior da indústria, captação de novos militantes e também ações práticas. Aldemy também era responsável por manter contato Jean Walter, codinome Domingos, coordenador e um dos mais importantes orientadores intelectuais da AP no Estado, indiciado por militares por ser considerado um "agitador internacional". Ele também foi o responsável por promover reuniões com Eloá Jane e outros três jovens, que juntamente com Marcílio, participaram da ação de distribuição de panfletos, que resultou na descoberta da AP na cidade (Relatório da CMV, 2015).

Além destes, outros militantes, como Benedito Matos, codinome Pedro, e Gerson da Cunha Bastos, codinome Roberto, ambos metalúrgicos, participavam da AP e dirigiam as células locais. Conforme Relatório da CMV-VR (2015, p 164), a célula comandada por Benedito, em 1967 tinha o nome de "Célula Presidente Mao" e contava com os operários Lenine Abdiel de Souza, Wauderlan Coutinho, Newton Carraro Machado e Carlos Barreto Granato. Já a célula comandada por Gerson, se chamava "Célula da Base Che" e contava com a participação de Jairo de Barros Ferreira, João de Mesquita Zanuti, Manoel Isaac Carvalho Lima. Todos eram metalúrgicos da CSN, havendo ainda outros simpatizantes.

Existem relatos de militares que procuram ligar o bispo D. Waldyr a AP, porém quando questionado sobre o assunto, de acordo com o Termo de Inquirição de Testemunha, de 30 de novembro de 1967, o bispo afirmou que só tinha conhecimento do grupo através da imprensa, que a organização não tinha vínculo com o movimento católico, e parecia querer "soluções violentas", diferentemente do evangelho, que optava pela passividade.

A única comprovação de ligação da AP-VR com a Igreja Católica é por meio da atuação de alguns de seus militantes, como Benedito Marcos da Costa e Carlos Roberto Granato, que participavam da Igreja Santa Cecília, além de outros militantes que frequentavam a JOC esporadicamente. Além disso, outros jocistas envolvidos na resistência a ditadura, juntamente com o padre Natanael, também mantinham contato com membros da AP (Relatório CMV-VR, 2015).

Ainda de acordo com o Relatório da CMV-VR (2015), inicialmente a AP-VR realizava reuniões para promover discussões de textos, e planejar ações, sempre sigilosas e clandestinas, contra a ditadura

Houve muitas panfletagens do grupo no interior e no entorno da CSN, que continham além de críticas ao governo ditatorial e ao capitalismo, a defesa dos direitos e interesses dos operários da Siderúrgica. Soares (2019, p. 81) relata que entre as ações de destaque da AP no cenário político local, destaca-se a participação do grupo nas eleições para a presidência do Sindicato dos

Metalúrgicos, em 1968, quando apoiaram Wilton Meira, da Chapa Azul. Seus militantes atuaram em todo processo eleitoral contribuindo decisivamente para a vitória de Meira, e depois da posse, cobraram uma atuação política incisiva e antitadura da chapa eleita.

O grupo foi muito perseguido pelos militares por conta de sua atuação política. A partir das prisões, seus membros foram acusados de ações subversivas que incluíam pichações, posse de livros considerados subversivos, distribuição de panfletos e organização de reuniões clandestinas.

Uma das principais fontes de informações do governo militar era a CSN, por meio de Enez Garcez dos Reis, chefe de segurança e de serviços gerais da CSN, notório apoiador do regime militar e que atuou como informante evidenciando o vínculo que existia entre a CSN e os militares na região, Enez manteve os militares informados sobre a atuação dos operários da CSN na AP, a partir de cartas que dirigia ao diretor industrial da empresa, nas quais relatava sobre a possível ligação de Wilton com a AP, e sobre a ligação de Marcílio e Aldemy com a distribuição de folhetos dentro e fora da CSN.

A prisão dos militantes da AP ocorreu na madrugada do dia 30 de abril de 1968, quando Wanderlan e Gerson estavam panfletando e pichando muros da Usina Presidente Vargas, no bairro Jardim Paraíba, e dois guardas do Corpo de Polícia Administrativa da CSN, José Francis Rosa e Arnaldo de Souza, os flagraram. Wanderlan foi preso e Gerson conseguiu fugir. Sob ameaças e torturas, ele revelou o nome de seu companheiro e mais tarde, os nomes dos demais membros que conhecia. Isso acabou levando a prisão dos militantes, com exceção de Marcílio e Maria Helena, que ao saberem das prisões acabaram fugindo.

O grupo de Volta Redonda estava ligado ao Comando Regional de Guanabara, e de lá vinham os panfletos e jornais lidos nas reuniões da AP, entretando, após a prisão de Gerson e Wanderlan, as células se desfizeram. Esse fator contribuiu para que as células da capital também se desarticulassem, principalmente a partir de maio de 1968, após a instauração de um IPM que levou a diversas prisões.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos fatos e argumentos levantados nesta pesquisa, foi possível traçar um panorama da Ação Popular, sua organização, atuação e seu significado político para a cidade de Volta Redonda. Procuramos entender a origem desse grupo, seus primeiros integrantes e como funcionavam as células. O grupo da AP em Volta Redonda, apesar de ter tido uma atuação efêmera, foi importante no combate às atrocidades promovidas pelos militares, no período da Ditadura, na região. Nomes como Aldemy Gomes de Oliveira, Marcílio César Ramos Krieger, Helena Mena Barreto Krieger, Benedito Matos e Gerson da Cunha Bastos, por exemplo, devem ser lembrados como símbolo de resistência à opressão.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE. **Relatório Final da Comissão**

Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros. Volta Redonda: 2015

DIAS, R. B. **Da esquerda católica à esquerda revolucionária - A Ação Popular na história do catolicismo.** Revista Brasileira de História das Religiões . Ano I, no. 1 – Dossiê Identidades Religiosas e História, 2018/2019.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade:** Curso no Collège de France.1999. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2005. 382 p. v. 1º.

GARCIA, M. A. **AP: do cristianismo ao marxismo-leninismo.** In: Em tempo, n.82. São Paulo, 20 a 26 set., 1979.

HUR, Domenico. **Memórias da guerrilha: construção e transformação.** Psicologia & Sociedade, 25(2), 311-320. UFGO.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil.** São Paulo: Global, 1980.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RIDENTI, Marcelo. **O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo.** Latin American Studies Association. São Paulo: Martins Fontes, 2015

SALES, Jean Rodrigues (org.). **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2015.

SOARES, Paulo Celio. **Encontros e Confrontos na Frágua: Igreja, Esquerdas e Militares em Volta Redonda (1967- 1979).** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Tese de Doutorado, Seropédica, abril de 2019.

VIANA, N. Reflexões sobre o Maoísmo. **Revista Enfrentamento**, [S. l.], v. 9, n. 16, 2022. Disponível em: <http://redelp.net/index.php/renf/article/view/415>. Acesso em: 8 out. 2022.